

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CREAS: PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS COM ADOLESCENTES E FAMÍLIAS NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Nathalia Raiany Araújo Andrade Pereira, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Introdução

O cenário das desigualdades sociais brasileiras evidencia cotidianamente as múltiplas expressões da questão social, materializadas na pobreza, violência, rompimento de vínculos familiares, exclusão social e violações de direitos que atingem principalmente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o CREAS configura-se como um importante equipamento da política de assistência social, responsável pela oferta de serviços especializados destinados ao atendimento de indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Entre as demandas atendidas pelo CREAS destacam-se adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, especialmente Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo Yamamoto (2008), “a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve as desigualdades produzidas socialmente”. Assim, compreender a realidade dos adolescentes acompanhados pelo CREAS implica reconhecer que os atos infracionais não podem ser analisados de forma isolada, mas articulados às condições objetivas de vida, ausência de acesso às políticas públicas e processos históricos de exclusão social.

Nesse sentido, a atuação do assistente social no CREAS de Nova Esperança/Pr torna-se fundamental para construção de práticas interventivas comprometidas com a defesa de direitos e com o fortalecimento da autonomia dos sujeitos. Conforme destaca Faleiros (2013), o Serviço Social deve

desenvolver estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades sociais, articulando proteção social e emancipação humana.

Dessa forma, o presente trabalho apresenta a experiência profissional desenvolvida no CREAS por meio de ações socioeducativas realizadas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e suas famílias.

O resumo tem como objetivo geral apresentar as ações socioeducativas desenvolvidas no CREAS com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e suas famílias, destacando a importância da atuação do Serviço Social na garantia de direitos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Além disso, busca-se identificar as principais demandas apresentadas pelos adolescentes acompanhados pelo CREAS; evidenciar a importância das ações coletivas e oficinas socioeducativas no processo de acompanhamento; refletir acerca da atuação do assistente social frente às expressões da questão social presentes na realidade dos usuários; e demonstrar a relevância da articulação entre família, rede de proteção e políticas públicas no processo socioeducativo.

Materiais e métodos

O presente resumo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza qualitativa e descritiva, fundamentado na prática profissional desenvolvida no CREAS junto a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e suas famílias. As ações ocorreram por meio de atendimentos individuais, acolhimentos, visitas domiciliares, acompanhamento familiar, oficinas socioeducativas e articulação com a rede intersetorial.

As oficinas desenvolvidas promoveram espaços de escuta, diálogo e reflexão sobre cidadania, direitos humanos, relações familiares e projeto de vida, destacando-se atividades de grafite, rodas de conversa e dinâmicas em grupo. O acompanhamento familiar mostrou-se fundamental diante das situações de vulnerabilidade social, fragilidade de vínculos e dificuldades de

acesso às políticas públicas enfrentadas pelas famílias acompanhadas. Conforme a PNAS (2004), a assistência social deve garantir proteção social aos sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Resultados e Discussão

A experiência profissional desenvolvida no CREAS de Nova Esperança/PR evidencia que os adolescentes acompanhados apresentam demandas complexas relacionadas principalmente à vulnerabilidade social, evasão escolar, fragilidade de vínculos familiares, violência, exclusão social e ausência de acesso efetivo às políticas públicas.

Observou-se que muitos adolescentes chegam ao equipamento marcados por processos históricos de negligência social e estigmatização, sendo frequentemente reconhecidos apenas pelo ato infracional praticado. Entretanto, durante o acompanhamento socioeducativo foi possível identificar potencialidades, habilidades e possibilidades de reconstrução de projetos de vida por meio da escuta qualificada e das ações coletivas desenvolvidas.

As oficinas socioeducativas demonstraram significativa relevância no fortalecimento do protagonismo juvenil e na construção de vínculos entre adolescentes e equipe técnica. As atividades de grafite, por exemplo, possibilitaram espaços de expressão artística, pertencimento e construção identitária, permitindo que os adolescentes externalizassem sentimentos, vivências e perspectivas de futuro.

De acordo com Freire (1996), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão”. A partir dessa perspectiva, compreende-se que as ações socioeducativas não devem reproduzir práticas autoritárias ou punitivas, mas promover processos dialógicos e emancipatórios capazes de fortalecer a autonomia dos sujeitos.

Conforme afirma Iamamoto (2008), o agravamento das desigualdades sociais impactam diretamente as famílias trabalhadoras, ampliando situações de vulnerabilidade e exclusão. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social busca romper com análises moralizantes acerca das famílias

acompanhadas, compreendendo-as enquanto sujeitos atravessados pelas expressões da questão social.

Além disso, a articulação com a rede intersetorial mostrou-se essencial para a efetividade do acompanhamento. A integração entre assistência social, educação, saúde e sistema de justiça contribuiu para encaminhamentos mais qualificados e fortalecimento da proteção integral prevista no ECA.

No período compreendido entre maio de 2025 e maio de 2026, o CREAS acompanhou três adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e apenas um adolescente em cumprimento de Liberdade Assistida (LA), sendo todos do sexo masculino.

Observa-se uma redução significativa em relação aos anos anteriores, fato que suscita importantes reflexões acerca da realidade local. Tal cenário pode indicar tanto uma possível diminuição da prática de atos infracionais por adolescentes quanto mudanças nas formas de aplicação das medidas socioeducativas pelo sistema de justiça, como maior utilização de advertências e outras medidas de caráter menos interventivo.

Entretanto, também foram identificados desafios significativos no cotidiano profissional, como insuficiência de recursos públicos, sobrecarga dos serviços, fragilidade das políticas públicas e dificuldades relacionadas à adesão de alguns adolescentes e famílias ao acompanhamento. Tais fatores refletem os limites estruturais presentes nas políticas sociais e impactam diretamente a efetivação dos direitos sociais.

Segundo Guerra (2014), o trabalho profissional do assistente social exige competência crítica e capacidade de leitura da realidade social, considerando as contradições presentes no contexto capitalista contemporâneo. Dessa forma, a atuação no CREAS demanda constante reflexão ética, técnica e política frente às expressões da questão social que atravessam o cotidiano institucional.

Considerações finais

Conclui-se que o trabalho desenvolvido no CREAS possui extrema relevância social no atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas

socioeducativas e suas famílias, especialmente diante das múltiplas expressões da questão social que atravessam a realidade dos usuários. As ações socioeducativas desenvolvidas demonstraram potencial significativo na promoção da cidadania, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e construção de espaços de escuta e participação social.

As oficinas, grupos e acompanhamentos individuais possibilitaram reflexões críticas acerca da realidade vivenciada pelos adolescentes, contribuindo para fortalecimento da autonomia e construção de novos projetos de vida.

Destaca-se ainda a importância da atuação do assistente social enquanto profissional comprometido com a defesa dos direitos humanos e com a efetivação das políticas públicas. O trabalho profissional no CREAS exige intervenção crítica, sensibilidade social e articulação constante com a rede de proteção social.

Por fim, compreende-se que o enfrentamento das vulnerabilidades sociais que atingem adolescentes e famílias demanda fortalecimento das políticas públicas e investimentos contínuos na proteção social.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2014.